

Segurança Pública e Verdade

*Carlos Alberto da Costa Gomes

A questão da segurança pública, ou melhor, da insegurança e de sua ligação com a política traz consigo alguns aspectos que necessitam ser evidenciados. Afirmo anteriormente que a prática política procura empurrar com a barriga a solução real dos problemas, ou, mesmo, não resolvê-los para angariar votos a cada eleição. É uma verdade terrível, mas, além dela, ainda existem outras que têm de ser debatidas neste ano de eleição.

A primeira é a fraqueza estrutural de um sistema arcaico de gestão de recursos humanos que confunde Governo com Estado. O Funcionário Público não trabalha para o Estado da Bahia, mas para o Governo de plantão, confundindo a defesa da Constituição da Bahia e de sua gente com a defesa de quem governa. É a carreira desvinculada da ética ou de princípios deontológicos destruídos por um sistema maquiavélico de baixos salários e altas gratificações para determinados cargos e funções cuja nomeação é faculdade do governo e não resultado de um processo seletivo vencido pelo esforço na profissão. Uma aposentadoria digna só ocorre incorporando-se gratificações por permanência na função ao longo da vida. É uma situação de assédio moral que está diretamente relacionada com a exação no serviço público. Talvez a maior e mais importante questão a se tratar em relação ao funcionalismo público seja a revisão desta situação hedionda.

Sabemos que o trabalho policial é difícil. A falta de ação ou ação excessiva é passível de crítica. Esse complicado equilíbrio gera no conjunto dos policiais uma necessidade permanente de buscar proteção de forma incondicional no seio da própria classe – é o corporativismo na sua forma mais pura e naturalizada. Também já disse anteriormente que o corporativismo em si não é um mal, tem até a sua versão aceita como virtude: “o espírito de corpo” - sublimação das individualidades em favor de uma instituição. Porém, justamente por esse paradoxo, ao ser usado como arma para defender ou mascarar incapacidades e práticas profissionais inadequadas torna-se perigoso até mesmo para a própria instituição, arrastada e nivelada, como um todo, ao procedimento de uma pessoa ou de um pequeno grupo que pretendeu proteger.

A segunda verdade, ligada à primeira, é que a defesa de governo facilita ações cada vez mais distantes da defesa do Estado e dos serviços públicos. Isso contribui para a apropriação ou sonegação de informações, para desinformar, para fins políticos, contaminando a noção que o servidor tem do Estado, desvinculando as suas ações dos objetivos dos serviços públicos. Passa-se a considerar o cidadão como alguém que não merece ser esclarecido das reais razões da ineficiência ou ineficácia de determinado serviço – as informações passam a ser sigilosas.

A terceira decorre da segunda. Uma vez que as informações são omitidas, sonegadas ou falseadas, nada mais é sério, pode-se então deixar de trabalhar, faltar, não encaminhar, não dar solução, mentir, inventar dados, enganar

continuamente até a si mesmo. Não se percebe mais o cinismo com que se responde com falas prontas totalmente desprovidas de compromisso com a realidade.

Ai surge uma quarta verdade. É justamente a falta de responsabilidade com os fatos, a omissão, a meia verdade como prática do discurso que destroem a moral e silenciosamente corroem os ideais, as leis e se compromete o futuro.

A quinta verdade, que certamente me colocará na posição de inimigo público número um, é sobre a militância dos movimentos sociais que se perderam eticamente em meio à tentativa desesperada de apoiar politicamente determinados grupos, facções e partidos. Onde estão as denúncias, as entrevistas, as passeatas que exigiam alguma ação contra as mortes anunciadas de crianças e jovens, contra os esquadrões de extermínio, contra a brutalidade policial? Silenciaram? Por quê?

Já se contabilizam vários corpos e três adolescentes desaparecidos após o assassinato de um policial em Vitória da Conquista. Sabemos que a morte de um policial ou de qualquer cidadão não pode passar impune, mas isso? Onde estamos? Vingança? Corporativismo? O Estado sumiu?

Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia.

carlos.gomes@unifacs.br